



Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BoCom
BBM e professora do departamento de
economia da PUC-Rio



Paternidade paternalista

Licença obrigatória para pais retira liberdade de decidir como dividir o tempo entre o trabalho e o cuidado com o recém-nascido

A partir de 2027, a licença-paternidade no Brasil sobe de 5 para 10 dias, chegando a 20 dias em 2029. Para além da ampliação escalonada do afastamento, a mudança também determina que o benefício seja pago pela Previdência Social, nos mesmos moldes do salário-maternidade.

O afastamento remunerado e custeado pelo Estado aumenta os incentivos para que a licença seja exercida - já que o afastamento do pai deixa de gerar ônus para as empresas -, mas não garante que ela de fato aconteça.

No caso da licença-maternidade, a preocupação com pressões externas para que a mulher não se afaste, e com o próprio bem-estar

do bebê, tornou o direito das mães indisponível e irrenunciável. A proteção paternalista transformou o direito das mães em obrigação. Resta saber se essa mesma lógica vai se aplicar à licença dos pais.

Não é claro, entretanto, que tornar a licença obrigatória para os pais seja inequivocamente desejável - assim como não era, no caso das mães. A obrigatoriedade retira a liberdade de decidir como dividir o tempo entre o trabalho e o cuidado com o recém-nascido - escolha que, em tese, cada casal está mais bem posicionado para fazer sozinho.

Mas a evidência sugere que é justamente essa obrigatoriedade no exercício da licença dos pais

que pode tornar a política eficaz para mudar normas sociais, especialmente as de gênero. Em diversos países, o direito ao afastamento já existe no papel tanto para pais quanto para mães, mas segue sendo exercido quase exclusivamente pelas mães.

É nesse sentido que a experiência mais informativa vem da Dinamarca, que em 2022 reformou sua licença parental para reservar exclusivamente ao pai uma cota antes repassável à mãe, ampliando-a de duas para 11 semanas.

Apesar de a cota não ser de exercício obrigatório, acabou funcionando como se fosse: é um período que, se o pai não usar, a família simplesmente perde. Como

resultado, os pais passaram a tirar quase quatro semanas a mais de licença após a reforma.

Tão relevantes quanto as mudanças de comportamento no exercício da licença foram as mudanças de crenças. Houve queda na concordância com a ideia de que criança pequena sofre se a mãe trabalha em tempo integral, e redução na diferença percebida entre a capacidade de mães e pais de cuidar de bebês.

A mudança também ajudou a reduzir as desigualdades de gênero. O diferencial de renda entre os pais caiu o equivalente a 14% da penalidade de gênero ligada à parentalidade, e a mudança de crenças, somada à realocação do cuidado, respondeu por quase toda essa redução.

A obrigatoriedade se mostrou essencial porque o efeito sobre as crenças só aparece depois que o pai de fato tira a licença - e não quando o direito passa a existir

no papel. É a experiência de cuidar sozinho de um recém-nascido, por semanas seguidas, que reformula a crença sobre quem é capaz de executar esse trabalho. Sem a obrigatoriedade, muitos pais não teriam vivido esta experiência.

Nada disso veio sem custo. A satisfação das famílias dinamarquesas com a divisão da licença caiu de cerca de 90% para a faixa de 50% a 60% após a reforma, e boa parte reclamou da perda de liberdade de escolha. O mesmo costuma acontecer com outras mudanças de regras, como o cinto de segurança obrigatório, a proibição de fumar em ambientes fechados e a lei seca.

São mudanças impopulares de início, mas que passam a ser normalizadas depois. O paternalismo tem custos, mas também gera benefícios: mudanças de normas sociais enraizadas só se tornam possíveis quando o Estado assume, por um tempo, a decisão sobre a licença dos pais.

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa?
Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Grupo Press desiste de abrir loja no Mercado Público

/VAREJO

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Depois de vencer o leilão de permissão de uso da loja de 388 metros quadrados do Mercado Público de Porto Alegre, a maior do espaço, no final de 2024, o Grupo Press desistiu de seguir em frente com a operação.

Segundo a empresa, foi protocolado junto à prefeitura uma solicitação de devolução amigável do espaço e de encerramento consensual do contrato.

Em nota, o Grupo informa que o vínculo foi assinado em março de 2025 e que, desde então, investiu mais de R\$ 500 mil em desenvolvimento de conceito, projetos, complementares, demolições e deu início às primeiras intervenções no local.

“Durante esse processo, foram identificadas particularidades relevantes na estrutura do espaço, especialmente relacionadas ao telhado e à necessida-

de de futuras adequações. Essas questões demandaram novas avaliações técnicas e trouxeram incertezas quanto às condições e ao cronograma de implantação da operação”, frisa a empresa.

Após o diagnóstico e ao longo dos últimos meses, o Press destaca que avaliou alternativas para dar continuidade ao projeto, mas também entendeu que a “combinação desses fatores modificou as premissas originais do investimento e uma solução segura para a implantação da unidade”. O que levou, portanto, à solicitação da devolução amigável.

“O Grupo Press mantém profundo respeito pelo Mercado Público e reconhece sua importância histórica, turística, cultural e comercial para Porto Alegre. A decisão foi tomada de forma criteriosa e se restringe às condições específicas encontradas para a implantação deste projeto”, enfatiza a nota do grupo.

A loja está nos dois andares do Mercado Público. No térreo, ao lado do Naval e atrás da Ban-

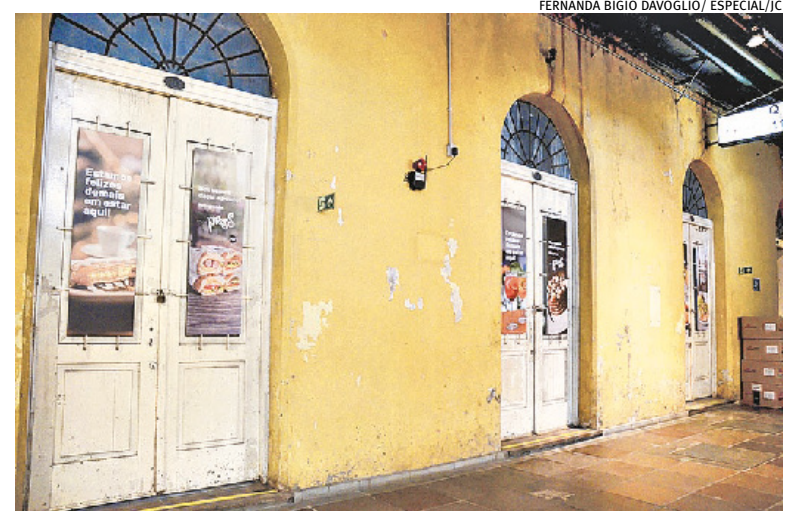
ca 40, próxima às escadas rolantes, que recentemente voltaram a funcionar.

Em contraponto, a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (Smap) da prefeitura de Porto Alegre garante que não há comprometimento de qualquer estrutura nas lojas do Mercado Público.

Em comunicado enviado por meio de nota ao **Jornal do Comércio**, informa que demandas pontuais de manutenção do telhado já foram solucionadas pela equipe responsável pelo complexo.

Além disso, a pasta informou que o Grupo Press recebeu seis meses de carência no pagamento da outorga como medida de incentivo à implantação do empreendimento.

“A Prefeitura de Porto Alegre reitera seu compromisso com a valorização do Mercado Público e com o apoio a iniciativas inovadoras e criativas que aprimorem a experiência de frequentadores e visitantes”, diz a nota.



Prefeitura nega problemas na estrutura das lojas do complexo

Ainda segundo a secretaria, o Mercado Público passa por um processo contínuo de qualificação para garantir a segurança e a atratividade a novos investimentos e acrescenta que “a futura licitação do espaço ampliará o mix de operações, agregando diversidade gastronômica e comercial ao local”.

Sobre o próximo processo licitatório, a diretora de Patrimônio da Smap, Paula Medeiros, afirma que o plano é dividir o espaço

em dois na próxima licitação.

“Vai ficar uma loja em cima e outra embaixo. Para poder fomentar mais tipos de atividades, optamos por dividi-las”, explica.

A expectativa é montar o edital e lançar a licitação em dois meses. Conforme a divulgação da prefeitura em dezembro de 2024, a intenção do Press era abrir uma unidade do restaurante fast-food Ô Xiss e uma cafeteria no local.